

APRESENTAÇÃO

Está no ar o número 5 da Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico. A revista é uma ação do Grupo de Pesquisa em Governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento, cadastrado no CNPq, do qual fazem parte pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta edição trata-se de um número especial, pois além de apresentar discussões levantadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento num contexto interdisciplinar, traz as pesquisas debatidas durante o 12º Encontro Ibero-Latino-Americano de Governo Eletrônico e Inclusão Digital, ocorrido em Curitiba, na PUC-PR, durante os dias 03 e 04 de novembro de 2011. Da mesma forma que a revista, o encontro também é uma ação do Grupo de Pesquisa em Governo eletrônico da UFSC.

Dessa forma, este exemplar conta com 13 artigos, sendo 10 deles apresentados no evento referido acima e 03 não. Estes últimos são os de número 01, 05 e 10.

O primeiro deles procura discutir o contexto histórico-político em que a idéia de governo eletrônico emerge como uma alternativa aos efeitos da globalização, tendo em vista a integração dos governos às exigências recentes de instalação de um novo padrão de gestão pública.

O quinto artigo apresenta os resultados obtidos durante o processo de aplicação de técnicas de Inteligência Artificial na tarefa de classificação das ementas que compõe a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região – São Paulo.

Já o décimo, também não apresentado no evento, propõe um modelo de referência para governo eletrônico fundamentado nas prerrogativas da Web 2.0, baseado-se no compartilhamento do conhecimento, bem como na gestão e criação de conteúdos por coletivos e no fortalecimento das relações governo e sociedade.

Os demais manuscritos, 10 no total, que foram apresentados no evento cujo diálogo permitiu a realização do 12º Encontro, correspondem aos números 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 11, 12 e 13, conforme ordem de apresentação do sumário.

O artigo de número 02 visa realizar estudo sobre o processo romano sob a perspectiva de compará-lo com processo eletrônico brasileiro e de evidenciar em quais pontos eles se aproximam e se distanciam.

No artigo 03, os autores buscam demonstrar a aplicação das extensões da UML na explicitação de conhecimento intrínseco aos processos de negócios de governo eletrônico a serem disponibilizados na TV Digital.

Já o artigo 04, aborda a experiência do desenvolvimento de um sistema de conteúdo organizacional, feito com base nas diretrizes de engenharia e gestão do conhecimento.

A gestão do conhecimento também é tema do artigo 06, que objetiva apresentar as ferramentas aplicadas para contextualizar e descrever o conhecimento utilizado na tomada de decisão inerente ao poder judiciário, a fim de estabelecer demandas de conhecimento.

O artigo 07 procura analisar as ações de transparência e accountability engendradas pelo Conselho Nacional de Justiça a partir da implantação das ouvidorias instituídas pelas resoluções CNJ 67/2009 (regimento interno) e 103/2010 e seus relatórios.

No artigo 08, busca fazer uma avaliação dos Portais de Justiça Federais no que concerne a usabilidade, conteúdo, trâmites e política de desenvolvimento das aplicações, com apoio da métrica Lefis.

Neste mesmo diapasão, o artigo 09 também trabalha com a análise de sites de Tribunais, voltando-se aos eleitorais, sendo que o principal objetivo é o de discutir o uso das redes sociais, as ouvidorias online e transparência de informações.

Já no artigo 11, apresenta como pode-se interpretar a tecnologia e suas possibilidades em relação aos valores presentes no ordenamento jurídico, mesmo que isso signifique uma mudança nos paradigmas do instrumental jurídico utilizado.

As redes sociais também são tema do artigo 12, que descreve como ocorreu a campanha eleitoral na Internet, em 2010, dos candidatos à Presidência da República Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), analisando o site de relacionamento Twitter.

Finalmente, no artigo 13, é analisada a situação da Justiça Estadual Brasileira, conforme a percepção dos responsáveis pelo setor de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Justiça Estaduais, considerando o nível de aplicação de práticas de Governança de TI, buscando a modernização do Poder Judiciário.

Enfim, cabe ressaltar que os artigos foram avaliados por no mínimo dois doutores conhecedores dos temas da revista, nacionais e internacionais, em *blind review*. Agradecemos a todos eles. Agradecemos também aos nossos autores e aqueles que colaboraram enviando seus artigos e esperamos que nossos leitores aproveitem a leitura e busquem participar ativamente das discussões sobre as temáticas desta revista.

Boa leitura a todos!

Paloma Maria Santos

Aires José Rover

Comitê Editorial